

## OS ITALIANOS NO SUL CATARINENSE

*Amadio Vettoretti\**

Nossa participação, junto com mais onze autores, na obra de dois volumes com 1.144 páginas, intitulada “Os italianos em Santa Catarina”, sob a direção do historiador Walter Fernando Piazza, foi mais um esforço para ampliar as raras publicações em torno do tema no sul catarinense.

Em nossa contribuição de 182 páginas, sintetizadas ao máximo por abranger uma área onde se instalaram duas colônias de imigração distintas: a Colônia de Azambuja, sob a patrocínio do Governo Imperial e Colônia Grã Pará, de iniciativa privada ou capitalista no entendimento de alguns. (Alem dessas, A Colônia de Nova Veneza, outro empreendimento particular, não foi objeto de nosso estudo).

A Colônia de Azambuja é o centro das demais, a partir do tamanho da área ocupada, maior número de imigrantes e investimentos mais elevados.

Não é a pioneira no sul. A pequena Colônia Espontânea de Braço do Norte, iniciada em 1874, é um processo migratório de imigrantes alemães que haviam se radicado nas terras de baixa fertilidade na Colônia Teresópolis ( região do município de Águas Mornas, SC). A fraqueza do solo deixou as famílias estado de pobreza, o que os forçou procurar terras apropriadas no Vale do Braço do Norte, com bons resultados.

Esta bem sucedida experiência entusiasmou o Visconde de Taunay, então Presidente da Província de Santa Catarina, defensor da inclusão do sul catarinense para receber imigrantes europeus. O entusiasmo do Visconde estava reforçado pelo relatório e parecer favorável da equipe de levantamento e estudos comandada pelo engenheiro Manoel da Cunha Sampaio, em 1867, que cumpria a determinação do Ministério da Agricultura.

No final de 1876, a Comissão de Terras e Colonização instalou-se no então vasto município de Tubarão e seu primeiro diretor Engenheiro Joaquim Viera Ferreira fundou a Colônia de Azambuja, assim denominada em

---

\*Diretor do Arquivo Público e Histórico de Tubarão.

homenagem ao conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, Inspetor Geral de Terras e Colonização, o braço forte do ministro da agricultura, seu superior hierárquico. O Visconde governava a Província.

A 28 de abril de 1877, chegou em Azambuja a primeira leva de imigrantes italianos no sul catarinense. Os imigrantes chegaram ao fim de uma longa e sofrida jornada e foram recepcionados por momento de pânico, decepções e lamentos. Num relance havia se quebrado os dourados sonhos que embalavam as esperanças de encontrar na América “il paese della cucaga”, o eldorado onde poderiam fazer fortuna rápida e retornar a Itália como senhores. Ali estavam diante da majestosa floresta e os barracos cobertos de palha eram os abrigos. Tudo por fazer.

A mágoa era ainda mais profunda e dolorida sabendo que ser impossível o retorno a bela Itália. Havia duas alternativas que historiador Renzo Grosselli brilhantemente apresentou: vencer ou morrer. Com imensuráveis sacrifícios, venceram.

Mas quem eram esses aflitos e revoltados indivíduos vindos de terras distantes?

Ali encontravam-se laboriosos camponeses compostos de trabalhadores braçais (braccianti) que se submetiam a trabalhar de sol a sol por míseros salários; os arrendatários cujas famílias trabalham enfrentando as duras intempéries, mal acomodados e que no final da safra viam escoar para as mãos dos proprietários o fruto de tanta labuta, restando-lhe as migalhas para se alimentar miseravelmente. Sobre estes infelizes lavradores impunham-se os impostos exorbitantes e taxas absurdas. Trabalhavam sem descanso e a recompensa era uma interminável carga de infortúnios. O serviço militar obrigatório retirava os melhores trabalhadores do campo, destinados às guerras, nas quais quando não morriam, alguns voltavam mutilados e não eram indenizados; os empréstimos a altos juros que se obrigavam a contrair e geralmente a falta do pagamento, perdia sumariamente suas pequenas propriedades que eram anexadas aos maiores proprietários. A lei funcionava com eficiência para executar estes desprotegidos. Péssimas eram as moradias, pior a ainda a alimentação quase sempre a polenta sem acompanhamento o que produzia a doença conhecida por “pelagra”. Explorados por todos os meios, não podiam andar bem vestidos.

A válvula de escape se apresentou com todas as matizes de atração cujo nome ressoava pelos campos, nas montanhas, nas colinas e planícies, nas cabanas, nos tugúrios e, principalmente, nas bodegas: América, a terra da promessa.

A duras penas, partiam.

Ao findar sua viagem, a dura realidade se apresentou. Sentiram-se cruelmente logrados. Parecia que o peso do universo os havia soterrado. Mas, o explodir de seus dourados sonhos e coloridas expectativas não foi culpa do governo provincial. Todo o arcabouço psicológico que os impelia a buscar a América, terra onde se livrariam da exploração e tirania dos senhores, e dos infortúnios indo de encontro com a fortuna redentora, fora construído na Itália a partir da rede de agentes propagandistas e aliciadores de emigrantes.

Aqui eles não foram ludibriados. A Comissão de Terras e Colonização e o Governo da Província, forneceram o que tinham disponível: lotes de terra com cabanas, ferramentas, sementes, ajuda de custo através de emprego, por rodízio, de membros da família na construção de estradas e obras públicas. Além de pagar a passagem transatlântica. A Província era pobre, no entanto ofereceu o que possuía. Se os caminhos das colônias eram péssimos, precárias eram todas as estradas da Província. Saúde e higiene estavam abaixo da crítica nas colônias, não podia haver queixa no confronto: a precariedade se estendia em todos os recantos da província. Se o imigrantes formava um grupo de aproximadamente 80% de analfabetos, entre os nacionais o índice subia um pouco mais.

O que deve ser avaliado com mais atenção que estes privilégios haviam sido negados aos sem terra nacionais. Ao dar toda a cobertura disponível aos imigrantes, cometia-se a injustiça aos arrendatários e braçais da província. Somente a partir de 1886, portanto nove anos após o desembarque dos primeiros imigrantes na área que tratamos, o governo provincial exigiu a inclusão dos nacionais adquirir terras e outros privilégios concedidos aos imigrantes. Para os sem terra, conseguir terras financiadas era também um sonho distante.

Havia também aqui o jogo de interesses dos proprietários, herdeiros ou sucessores das primitivas sesmarias, neste momento já desmembradas. Os proprietários daqui precisava dos arrendatários para cultivar suas terras.

Facilitar a estes pobres e subjugados trabalhadores rurais a compra de terrenos era um perda. Vigorava naquele período a escravidão e a média por proprietário girava em torno de 5 escravos. Mas o escravo era um investimento caro, enquanto que o arrendatário não custava nada. Os proprietários recebiam a renda praticamente sem gastar. Não investiam na melhoria das técnicas agrícolas. Não havia aqui grandes plantações, o cultivo da terra era na base da roça. Os arrendatários não arcavam com impostos e taxas.

A atenção, apesar que precária, dispensada aos imigrantes aqui, não acontecia na Itália, onde eram vistos como servos de gleba a serem explorados. Lá jamais iriam conseguir um lote rural que aqui lhes era oferecido. Aqui, tornaram-se senhores de seu terreno fértil. Clima ameno, sem os rigores do inverno europeu onde sobreviviam com a terrível escassez de lenha ou outro combustível para o aquecimento. Aqui não havia o terror dos cobradores de impostos e nem taxas de moagem na atafona. Sobre a terra fértil, vencidos os primeiros seis meses, poderiam ver a viçosa colheita sem prestar contas ao proprietário exigente e avaro. Poderiam Ter alimentos em abundância. Se moravam em cabanas feitas de troncos e cobertas de palha; na Itália habitavam em casebres apertados, sem arejamento, em condições deprimentes. Os mais privilegiados possuíam casa de dois pavimentos sendo no térreo a estrebaria, quando, no inverno, as vacas aqueciam o piso superior.

A Comissão de terras e Colonização descriminou e demarcou terras devolutas, pois não iria gastar em indenizações em terrenos ocupados desde a concessão de Sesmarias. Motivo pelo qual os imigrantes foram empurrados para o interior em terrenos acidentados e lastimáveis vias de comunicação. As sesmarias localizavam-se na planície costeira com lagoas e rios navegáveis. Transmitiu-se oralmente que os colonos escolheram os terrenos acidentados por semelhança com as terras montanhosas da Itália. Existem ingênuos que acreditam nisso.

Os colonos europeus, sem capitais, obrigaram-se a adotar os sistema da agricultura rotineira e arcaica há séculos utilizava-se nestas paragens. Por exemplo, adotaram a coivara, “técnica” iniciada pelos índios a qual arrastou-se séculos afora.

Houve – detalhe que não mereceu atenção – um encontro de duas modalidades agrícolas, ambas arcaicas e que usavam instrumentos obsoletos:

de um lado os imigrantes, do outro, os nacionais. A dos europeus era um pouco mais avançada, no entanto, não puderam de imediato por em prática por falta de utensílios adequados, dificuldades no manejo do solo e distância do mercado consumidor. Devagar, introduziam novas culturas e impuseram mais dinamismo no trabalho. Iniciaram a precária industrialização fazendo uso em larga escala da força hidráulica. Contribuíram na mudança da dieta alimentar.

Trouxeram três valores: a austeridade; a disposição e disciplina no trabalho e uma fé inabalável. No que toca a fé, entre os imigrantes e nacionais pairava um princípio único que facilitou o amálgama cultural entre ambos: a religião. Os portugueses eram fervorosos católicos, portadores do espírito das cruzadas e continuava sendo a Igreja Católica Apostólica Romana a religião oficial do Império e, doutro lado do Atlântico, os italianos vieram da região do Vêneto, considerada a sacristia do Vaticano.

No entanto, se no sul catarinense a Comissão de Terras e Colonização demarcou os lotes, assentou os imigrantes, deu assistência no primeiros passos, isto não aconteceu com os colonos destinados a S. Paulo. A diferença é abissal. Lá, depois dos bons tratos na Casa da Imigração, foram conduzidos em vagões fechados e despejados na fazendas de café onde trabalharam no eito a semelhança dos escravos. Obrigados a se abastecer no armazém do fazendeiro cujos produtos eram vendidos a preços exorbitantes, enquanto que o fruto do trabalho do infeliz trabalhador cotava-se em miserável valor. Era a “parceria do endividamento “. Método usado sobejamente com os nacionais livres e sem terra. Assim a dívida sempre aumentava obrigando-os a permanecer na fazenda para saldar a dívida que não tinha fim. Além do mais eram tratados em condições inferiores aos escravos. O escravo para o fazendeiro tinha valor comercial pois que era um bem que podia ser vendido, enquanto que os imigrantes eram homens livres porém subjugados por um contrato infame, e que, classificados como seres inferiores, estavam ali para trabalhar e produzir para os barões do café. Em direito eram livres, mas na dura realidade eram considerados escravos brancos. Eles pretendiam conduzir o imigrante como eram tratados os escravos, usando a força e a brutalidade. Ademais, foram criados os maiores empecilhos e entraves que os impediam

de comprar terras. Os potentados do café comandavam política paulista, mantinham o fortíssimo corporativismo, criaram uma espinhosa cerca imaginária interligando as fazenda num sistema de proteção mútua de tal forma que os infelizes imigrantes não tinham por onde escapar. Os famigerados Capitães do Mato usavam outra roupagem.

O Comendador Caetano Pinto que fora beneficiado com um fabuloso contrato com o Governo Imperial para transportar imigrantes europeus ao Brasil, fazia parte da aristocracia paulista dos opulentos barões, despejou em S. Paulo cargas e mais cargas de esperançosos colonos. Lá sim foram mais que ludibriados, entraram na rota de uma nova forma de escravidão com requintados embustes. No entanto, apesar do cerco para esconder as arbitrariedades e torpezas, a notícia chegou a Europa. E Caetano Pinto é apontado como o responsável pelo transporte e eficiente rede de agentes propagandistas e aliciadores que transmitiam toda a sorte de mentiras e ilusões.

Em 1881, O Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, junto com O Conde D'EU e os banqueiros parisienses Fold Frères, decidiu fundar Colônia Grã-Pará sobre as terras que fora o dote da Princesa Isabel, montando uma infra-estrutura incomparável para receber 4.000 famílias europeias selecionadas. Um formidável projeto de implantação de colônia modelo na América do Sul.

O seu projeto foi prejudicado devido o violento protesto do Governo Italiano que proibiu a imigração direcionada à Colônia do Comendador. As barbaridades ocorridas em S. Paulo haviam provocado um forte reação dos governantes italianos. Caetano Pinto esperneou mas não conseguiu seu objetivo. Resultado: das 4.000 famílias, chegaram somente 400, nem tão bem selecionadas como pretendia. Se não tivesse feito tanta safadeza em S. Paulo, por certo conseguiria conduzir à Colônia Grão Pará as famílias que havia projetado. Infelizmente recebeu o fruto da ganância de seu grupo, e a Colônia Grão foi crescendo lentamente. Se, nesta Colônia, houvesse chegado as famílias desejadas, teria causado um impacto e uma movimentação tão grande que mudaria o curso da história sul catarinense. Oficialmente a Colônia Grã Pará foi fundada no final de 1882. Este empreendimento, trocando sucessores e razão social, durou 100 anos.

Urussanga, primeiro núcleo da colônia de Azambuja, suplantou a sede e tornou-se o centro da colonização italiano no sul catarinense. Cocal do Sul ( Ex- Accioli de Vasconcellos ), Treze de Maio ( Ex- Presidente Rocha ), Pedras Grandes, Criciúma são municípios originários da Colônia de Azambuja.

Um dos fatores que desencoraja a pesquisa é o desconhecimento dos descendentes italianos de seus antepassados. A memória é tão curta que desconhecem o histórico dos bisavôs. Pior ainda, mal sabem dos avós. Procuram saber alguma coisa destes sofridos pioneiros quando querem adquirir a dupla cidadania. Não houve preservação de documentos como cartas, passaportes, fotografias, livros e outros.

Colocar toda a culpa na repressão provocada pela II Guerra Mundial é querer justificar o desleixo e abandono da cultura e memória dos seus antepassados.

### **Bibliografia**

Fontes Primárias

Arquivo Público do Estado de S. Catarina

Arquivo Público e Histórico de Tubarão

Brancatti, Antonio, *L'Uomo – Il Tempo – La Nuova Itália*. Editrice Firenze, 1973.

Dall' Alba, João L. *A Imigração Italiana em S. Catarina*. Lunardelli, Florianópolis, 1983

Dall' Alba, João L. *Pioneiros na Terra dos Condes, História de Orleans*. Orleans, 1971

Ferreira, Desembargador Vieira, *Azambuja e Urussanga*. Ofinas Gráficas do Diário Oficial. Niterói, 1939

Grosselli, Renzo M, *Vincere o Morire*. Contadini Trentini (Veneti-Lombardi ) *Nelle Foreste Brasiliane- Edizione a Cura Della Província di Trento*, 1986.

Kowarick, Lúcio, Trabalho e Vadiagem- Origem do Trabalho Livre no Brasil. Paz e Terra, 1994.

Loch, Cenilde- A Ação Colonizadora de Joaquim Caetano Pinto Júnior e A Colônia Grã Pará – Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1978.

Martins, Valmir. Contribuição do Imigrante para o Desenvolvimento das Relações Capitalistas na Produção no Sul do Estado, 1979.

Mattos, Jacinto Antonio de, Colonização do Estado de S. Catarina. Tipografia de “O Dia” Florianópolis, 1917.

Marzano, Luigi, Colonos e Missionários nas Florestas do Brasil –Ed DA UFSC, 1985, trad. João Lenoir Dall’Alba

Piazza, Walter F. A Colonização de S. Catarina. Ed. LUnardelli  
Santos, Roselys Izabel Correa dos, A terra Prometida. Editora da Univale, ItVettoretti, Amadio , Apud Os Italianos em S. Catarina, Organizador Walter F. Piazza. Lunardelli, 2001.